DA CRÍTICA DA CRISE À CRISE DA CRÍTICA?

uma leitura da obra de Friedrich Pollock

Fernando Rugitsky

Pós-graduando
GT 1 – A obra teórica de Marx e o marxismo

1. A controvérsia sobre o colapso

Em um ensaio de 1921 em que expõe os pressupostos metodológicos implícitos no debate entre Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo, Georg Lukács afirma que somente a unidade da teoria e da prática, característica do marxismo, pode "fazer manifestar como fundamentada a necessidade da revolução, da transformação total da totalidade da sociedade" (2003: 125). Surge, pois, como uma questão vital para o marxismo, "o conhecimento do caráter historicamente limitado do capitalismo (o problema da acumulação)" (2003: 125). Em outras palavras, Lukács argumenta que, por ser a dialética marxista a única perspectiva teórica que considera a unidade entre teoria e prática, apenas ela pode compreender a transitoriedade do capitalismo, considerado como um modo de produção histórico e destinado, pois, a terminar.

A importância desse argumento pode se revelar com a análise de um longo debate teórico interno ao campo marxista. Trata-se da conhecida controvérsia sobre o colapso.[1] Historicamente, pode-se buscar a origem do debate na publicação, em 1896 e 1897, de dois artigos de autoria de Eduard Bernstein, na revista da social-democracia alemã, *Die Neue Zeit*. Em linhas gerais, a tese defendida neles era que as transformações havidas no capitalismo no fim do século XIX, como por exemplo a disseminação dos cartéis e o aperfeiçoamento do sistema de crédito, alterariam o rumo do sistema econômico. As crises econômicas seriam atenuadas e os males do capitalismo seriam sanados de forma progressiva e gradual. O socialismo deixava de ser o resultado inevitável de um colapso do capitalismo, passando a ser considerado o produto de uma transição pacífica.

Bernstein, que havia sido um colaborador próximo de Engels e um dos marxistas ortodoxos mais importantes da social-democracia alemã, transformava-se assim, curiosamente, no maior adversário da ortodoxia marxista. Com seus mencionados artigos, surge o revisionismo, movimento

[1] A mais conhecida síntese sobre esse debate foi realizada por Sweezy (1973: 218-242). Ver também o artigo de Elmar Altvater (1987) e o livro de Frederico Mazzucchelli (1985). A exposição seguinte é amplamente baseada nos livros de Sweezy e Mazzucchelli.

teórico-político que defenderia a necessidade de revisão da obra de Marx. A tese revisionista provocou prontamente alvoroço entre os marxistas, levando à publicação de uma profusão de artigos sobre o assunto. A notoriedade da controvérsia sobre o colapso deveu-se em grande parte ao fato de que todos os principais teóricos marxistas da época nela intervieram, tanto aqueles vinculados à social-democracia alemã como também os marxistas russos. Para ficar apenas nos mais conhecidos, pode-se mencionar Kautsky, Hilferding, Lênin e Rosa Luxemburgo. Todos, de uma maneira ou de outra, abordaram em seus trabalhos teóricos os argumentos formulados originalmente por Bernstein.

Há uma série de questões que podem ser mencionadas sobre esse debate, mas para o propósito deste trabalho convém destacar duas. A primeira é que sua importância reside em ter provocado reflexões profundas e significativas sobre as leis de movimento do capitalismo. Partindo diretamente ou não da obra de Marx, os diversos autores do debate fundamentaram os seus pontos de vista em análises sobre a dinâmica capitalista e, vale ressaltar, sobre o papel das crises nesta dinâmica. Como conseqüência, o debate levou também, em alguns momentos, a interpretações sobre as transformações em curso no capitalismo da passagem do século XIX para o século XX. Nesse sentido, a concepção de imperialismo (que, na acepção de Lênin, tratava-se de uma fase específica do capitalismo, com características que a distinguiam da fase anterior) esteve estreitamente ligada à controvérsia sobre o colapso.

Dessa primeira questão decorrem duas observações. Se considerarmos que o debate durou aproximadamente até a década de 1930, pode-se supor que ele tenha desempenhado um papel central em relação à prática política. Em um período marcado pelo acirramento das disputas imperialistas, por uma guerra mundial e por uma revolução socialista, as questões sobre a dinâmica e, acima de tudo, sobre o destino do capitalismo adquiriram urgência histórica. O que se pretende argumentar é que as avaliações e as decisões das organizações políticas proletárias em relação à postura a ser adotada no que se refere à guerra ou à revolução bolchevique, por exemplo, tinham como uma referência, dentre outras, os alinhamentos produzidos pela controvérsia sobre o colapso. Da mesma forma, concepções distintas sobre o papel da disputa eleitoral ou sobre a possibilidade de reformar o capitalismo estavam ligadas (pelo menos, indiretamente) a diferentes teorias da crise e do colapso.

Com a segunda observação, volta-se à frase inicial de Lukács. A relação entre o debate sobre o colapso do capitalismo e as leis de movimento do modo de produção não é casual. Ao contrário, resulta de um aspecto metodológico do marxismo. O colapso não é senão a afirmação radical da transitoriedade histórica do capitalismo. Da mesma forma, as crises, apreendidas como elemento

central da dinâmica capitalista, ligam o desdobramento contraditório das categorias que informam a apresentação marxista do capitalismo com o desenvolvimento contraditório do modo de produção em sua dimensão concreta. "[A] crise é a manifestação real do caráter contraditório do capital" (Grespan, 2000: 103). É por isso que o problema da acumulação, enquanto núcleo da controvérsia sobre o colapso, é metodologicamente uma "questão vital" para o marxismo, conforme afirma Lukács.[2]

Apesar de fazer convergir questões metodológicas profundas com análises históricas, econômicas e políticas, o debate sobre o colapso, no entanto, não deixou de padecer de graves limitações. Tais limitações são a segunda questão a ser destacada sobre a controvérsia. Se tivesse sido proposto como um debate sobre as crises no capitalismo, talvez grande parte desses problemas teria sido evitada. Contudo, Bernstein esquivou-se de um debate mais geral sobre as crises, atribuindo a Marx uma suposta teoria sobre o colapso do capitalismo, que afirmaria que o capitalismo cessaria de existir de forma súbita, ou seja, que uma destruição abrupta desse modo de produção conduziria a humanidade ao socialismo. Marx afirmou o caráter historicamente limitado do capitalismo, o que não significa, porém, que ele tenha argumentado que o capitalismo sofreria um colapso com essas características. A caricatura, no entanto, servia bem aos propósitos de Bernstein.

Os autores que participaram da controvérsia, mesmo discordando de Bernstein, não apontaram o equívoco de se atribuir a Marx tal teoria do colapso. A maioria deles, na realidade, afirmou a necessidade histórica do colapso, conferindo ao termo, no entanto, um sentido mais realista. Assim, Kautsky, por exemplo, argumentou que o capitalismo atingiria uma depressão crônica. Rosa Luxemburgo, por sua vez, admitiu que as profundas contradições do capitalismo seriam superadas politicamente, sendo que uma rebelião proletária antecipar-se-ia ao momento em que o capitalismo seria levado a um colapso econômico. Já Lênin descreveu o imperialismo como uma fase em que o capitalismo se encontraria em estado de decomposição, marcando a transição para outro modo de produção. O que se pretendia assim era ressaltar a transitoriedade do modo de produção, evitando ao mesmo tempo conceber a transição como um momento pontual de súbita transformação.

[2] A centralidade da crise para o método marxista foi claramente percebida também por Giacomo Marramao. Segundo ele, "as páginas em que Marx polemiza com Say e Ricardo em relação ao problema da crise, enquanto *crítica da ciência* econômica têm um enorme significado epistemológico" (1990: 222). Ainda, as seguintes observações de Jorge Grespan têm o teor semelhante: "a crise é o instante em que se explicita a contradição fundamental do capitalismo, e seu conceito é o que revela a apreensão desse sistema como constituído por essa contradição. (...) Pode-se começar a perceber, então, a relevância do conceito de crise nesta crítica da economia política" (2000: 103).

Antes de prosseguir, é importante que algumas questões fiquem claras. A controvérsia sobre o colapso é uma das discussões mais importantes do marxismo da primeira metade do século XX. Ressalvado o fato de que qualquer separação disciplinar estanque é estranha ao marxismo, pode-se afirmar que houve no período dois debates "econômicos" que se destacaram: as discussões sobre o imperialismo e a controvérsia sobre o colapso. A relevância do segundo, conforme mencionado, deveu-se sobretudo às análises sobre as crises e sobre a dinâmica capitalista, sendo que a questão do colapso em si não passou de uma pergunta mal formulada.

2. Rumo ao capitalismo de Estado

Essas notas introdutórias têm essencialmente o papel de expor sucintamente o contexto do debate econômico marxista anterior à década de 1930. Pretende-se, dessa forma, esclarecer as questões teóricas com que Friedrich Pollock (1894-1970) defrontou-se no momento em que produziu a sua obra, cuja parte principal foi publicada na década de 1930 e no início da década seguinte.

Cabe aqui uma breve digressão biográfica.[3] Pollock nasceu em Freiburg, em 1894, tendo conhecido Max Horkheimer ainda na adolescência. A estreita amizade entre os dois seria marcante e duradoura. Horkheimer foi a principal liderança intelectual do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, instituição que congregou uma série de intelectuais marxistas que, coletivamente, são comumente designados por Escola de Frankfurt ou Teoria Crítica. Pollock assumiu a direção administrativa do Instituto de Pesquisa Social por um longo período, atuando ao lado de Horkheimer, que conduzia academicamente o instituto. Ele estudou economia, sociologia e filosofia e doutorou-se, em 1923, com uma tese sobre a teoria do dinheiro em Marx. No âmbito do instituto, ele era um dos responsáveis pela relação deste com o Instituto Marx-Engels, sediado em Moscou. Em 1927, ele foi convidado por David Ryazanov, que dirigia o Instituto Marx-Engels, para participar, em Moscou, das comemorações dos dez anos da Revolução Russa. Pollock aproveitou a oportunidade para realizar um estudo minucioso acerca da economia soviética e estabelecer contato, por meio de Ryazanov, com membros da oposição interna ao bolchevismo.

A parte mais relevante de sua obra consiste em uma série de artigos que foram publicados, entre 1932 e 1941, na *Zeitschrift für Sozialforschung*, a famosa revista do Instituto de Pesquisa Social que se consagrou por publicar vários dos ensaios importantes de autores como Max

[3] Para as informações biográficas de Pollock, ver o livro de Wiggershaus (1994: 60-64).

Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Herbert Marcuse. Os artigos desse período focavam-se essencialmente nas transformações em marcha no capitalismo mundial, nas análises das causas e conseqüências da crise de 1929 e na literatura sobre planificação econômica (Pollock, 1973a e 1973b). Destaca-se ainda um interessante ensaio-resenha da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, a obra principal de John Maynard Keynes, publicado logo depois do livro resenhado, em 1936. Isso mostra a profunda atualização de Pollock em relação aos desenvolvimentos contemporâneos da teoria econômica, inclusive aquela produzida fora do campo marxista. O conjunto dessa formação levou Friedrich Pollock a formular, em um artigo de 1941, o conceito de capitalismo de Estado, que pode ser considerado o ápice da sua produção intelectual (Pollock, 1982).[4]

Como, então, Friedrich Pollock enfrenta as questões que lhe foram colocadas pelo debate econômico marxista e pelas transformações históricas em curso? Considerando que a parte central de sua obra foi escrita depois de 1929, a crise mundial ocorrida nesse ano delimitou claramente seu objeto de investigação. Mais: não apenas a crise, mas também o processo de reestruturação da economia capitalista ocorrido a partir dela, foram os substratos materiais sobre os quais se ergueu a produção de Pollock. A questão que lhe foi colocada por esses eventos é evidente: em que medida as teorias marxistas sobre a crise, formuladas no âmbito da controvérsia sobre o colapso, confirmaram-se? Em outras palavras, as teorias marxistas da crise logram explicar com fidelidade o processo que se desenrolou a partir de 1929? Se a definição de sua tarefa era óbvia, a sua execução, por outro lado, não poderia ser considerada simples. Isso porque, em um certo aspecto, a reestruturação do capitalismo após 1929 desmentiu a maioria das teorias da crise, que se estruturavam em torno da idéia de colapso. A profundidade da crise de 1929 foi inédita na história do capitalismo, mas, apesar disso, dela não resultou o colapso do modo de produção.

Concretamente, a tarefa que se impôs a Pollock era analisar uma realidade em rápida transformação, recorrendo a teorias distintas daquelas que eram típicas do marxismo das três primeiras décadas do século XX. Pollock buscou desvendar os determinantes da crise, abandonando, ao mesmo tempo, a idéia de colapso. É interessante notar que Altvater, em um artigo escrito muito mais tarde (na década de 1980), que resenha as teorias da crise anteriores a Pollock, faz a seguinte afirmação:

[4] É importante também notar que há poucos estudos sobre a obra de Pollock e a maioria dos autores que abordam o pensamente dele o fazem em estudos mais amplos sobre a Teoria Crítica. Por esse motivo, Pollock é geralmente estudado de forma complementar a autores mais famosos como Horkheimer, Adorno ou Marcuse, sendo comum textos que buscam mostrar como ele influenciou a obra dos demais. Falta, pois, abordagens que tratem seu pensamento de forma mais independente. As duas principais exceções são Marramao (1990: 203-238) e Postone (2003).

> "De uma forma ou de outra, as teorias por nós examinadas se revelam teorias do colapso ou ainda teorias sobre a ausência de saída para o desenvolvimento capitalista. O capitalismo, porém, encontrou uma saída, sem que constituísse um problema o fato de que assim se abrisse um processo atroz de destruição, que até hoje permanece sem par na história. Se, nos anos 80, é possível buscar lições nas carências das teorias da crise dos anos 20 e 30, trata-se então de não partir mais do pressuposto de que o capitalismo seja um beco sem saída, mas sim do de sua capacidade mortal de regeneração, contra a qual é preciso encontrar meios diferentes dos que foram elaborados pelas organizações políticas do movimento operário no início dos anos 30." (Altvater, 1987: 133)

Fica assim claro o grande valor da construção teórica de Pollock. O que Altvater propõe, com mais de meio século de distanciamento, foi precisamente o que Pollock realizou, cinqüenta anos mais cedo e imediatamente após o capitalismo mostrar que havia encontrado "uma saída". A obra de Pollock parte exatamente da "capacidade de regeneração" do capitalismo. Ou, para usar os próprios termos de Pollock, da "insuspeitada capacidade de resistência e adaptação" do capitalismo (1973b: 163). O trecho a seguir é exemplar:

> "O fato de que as intervenções sobre as relações de produção a fim de adaptá-las às forças produtivas assumiram nos últimos anos uma amplitude que antes não seria pensável em tempos de paz é sintomático da força das tensões que hoje se produzem no interior do sistema capitalista. Como em outras regiões, também aqui na Alemanha o capitalismo demonstrou uma insuspeitada capacidade de resistência e adaptação." (Pollock, 1973b: 162-163)[5]

Pollock, no entanto, não pára neste ponto. Sua análise busca apreender o sentido histórico indicado por essas profundas modificações do capitalismo na sua busca para se adaptar, isto é, o sentido indicado por essas crescentes intervenções nas relações de produção. Para reconstruir essa formulação, deve-se partir de sua análise da crise de 1929. Em um artigo publicado em 1932 (Pollock, 1973a), Pollock afirma que a agudeza da crise reflete transformações estruturais que colocam em xeque o automatismo do mercado. A primeira delas é o deslocamento do maior peso econômico para as grandes fábricas e para as empresas gigantes, o que, segundo ele, já havia sido previsto por Marx na formulação da lei de concentração e centralização do capital. Como conseqüência, esse crescimento das unidades econômicas confere aos seus dirigentes um crescente

[5] Tradução minha. Os trechos citados de textos escritos em língua estrangeira foram sempre traduzidos por mim.

poder econômico e político, o qual por sua vez produzirá três resultados que serão disruptivos para o mecanismo de mercado. Em primeiro lugar, o poder desses dirigentes passa a ser determinante para a formação dos preços da economia que deixa de resultar do livre jogo das forças de mercado. Segundo, a falência dessas grandes unidades produtivas torna-se excessivamente custosa para a sociedade e o Estado passa a auxiliar, como regra, as empresas em dificuldade. Por fim, o poder dos dirigentes passa a ser exercido para influenciar as políticas comerciais de forma a proteger os mercados nacionais da concorrência estrangeira, o que garante a manutenção do poder concentrado.

Essas transformações, segundo o autor, aprofundaram as tensões inerentes ao mecanismo de mercado, o que poderia levar a catástrofes incalculáveis. Ao mesmo tempo, elas criaram os pressupostos para a sua superação, na forma de uma reorganização planificada da economia.

> "Uma das concepções fundamentais da teoria econômica marxiana é aquela segundo a qual um novo sistema econômico pode ser consolidado somente depois que os seus pressupostos econômicos e sociais já se constituíram, pelo menos em germe, sob a superfície do sistema precedente, e que as relações de produção converteram-se em grilhões das forças produtivas." (Pollock, 1973a: 98-99)

Seriam três, para Pollock, os pressupostos econômicos para a reorganização planificada da economia. Em primeiro lugar, o peso maior da produção industrial deve ter sido deslocado para as grandes fábricas e o processo de centralização deve ter atingido certo nível. Além disso, os meios técnico-organizativos para enfrentar o desafio da direção centralizada da economia devem estar disponíveis. E, finalmente, deve haver uma reserva de produtividade que possa ser utilizada pelo método da planificação. Analisados em conjunto as transformações estruturais que abalam o mercado e os pressupostos econômicos para a planificação da economia, fica claro que o mesmo desenvolvimento que é fatal para o mercado cria os mais importantes pressupostos para a sua superação.

Dez anos depois, em 1941, Pollock publica seu texto clássico "*State capitalism: its possibilities and limitations*" (Pollock, 1982), em que afirma que seu diagnóstico de 1932 havia se confirmado e que os principais países da Europa e o Estados Unidos passavam por uma transição entre o capitalismo privado e o capitalismo de Estado. Considerando desde a Alemanha nazista até o *New Deal* dos Estados Unidos, passando pela União Soviética, ele descreve as principais características que distinguem o capitalismo de Estado. Em primeiro lugar, ele afirma que o mercado foi retirado de sua função de coordenador da produção e da distribuição, tendo sido substituído por um sistema de controles diretos exercido pelo Estado. Assim, os meios econômicos

são substituídos pelos meios políticos como última garantia da reprodução da vida econômica, o que, segundo ele, muda o caráter de todo o período histórico, significando a transição de uma era predominantemente econômica para uma era predominantemente política.

3. Crise da crítica?

A questão que resta esclarecer é o que há de qualitativamente novo no capitalismo de Estado ou, em outras palavras, o que significa a transição para uma fase predominantemente política. A resposta para isso parte da pergunta que Pollock se coloca sobre a existência de limites para o desenvolvimento do capitalismo de Estado. Segundo ele, não há "quaisquer forças econômicas inerentes às coisas, quaisquer 'leis econômicas' do velho ou novo tipo, que possam impedir o funcionamento do capitalismo de Estado" (1982: 86-87). Dessa maneira, se um dos pressupostos iniciais do pensamento de Pollock era a inexistência de determinações econômicas que levassem o capitalismo ao colapso, com o advento do capitalismo de Estado, sequer as crises permanecem. Ou seja, o capitalismo privado, com sua capacidade de resistência e adaptação, era capaz de contornar as crises evitando a ocorrência de um colapso. Já o capitalismo de Estado, por sua vez, adquiriu tamanha capacidade de resistência que logra evitar inclusive as próprias crises. Esse diagnóstico leva Pollock a uma conclusão radical:

> "Podemos até mesmo dizer que, sob o capitalismo de Estado, a economia, enquanto ciência social, perdeu o seu objeto. Não existem mais problemas econômicos no velho sentido do termo quando a coordenação de todas as atividades é realizada por um planejamento consciente e não pelas leis naturais do mercado. Onde antes o economista quebrava a cabeça para resolver o enigma do processo de troca, ele encontra, sob o capitalismo de Estado, meros problemas administrativos." (1982: 87)

Essa afirmação, no entanto, coloca o conjunto do pensamento marxista em xeque. Se a economia perdeu o seu objeto, como fica a crítica à economia política? Além disso, a ausência de crises indica que o modo de produção deixou de ser contraditório. Afinal, como afirmado acima, a crise é a manifestação concreta do caráter contraditório do capitalismo. Se o modo de produção perde o ser caráter contraditório, não é possível que ele siga sendo apreendido por uma metodologia dialética. No curto espaço disponível, não é possível analisar todas as implicações da conclusão de Pollock, nem mesmo relatar as críticas que ele recebeu. A conclusão preliminar que deve ficar

esclarecida é, desse modo, a seguinte: se Pollock respondeu às exigências de sua época superando as insuficiências das teorias marxistas da crise, suas conclusões colocam em questão a própria possibilidade da crítica marxista. Terá ele passado da crítica da crise à crise da crítica?[6]

[6] A crítica à Pollock formulada por Postone parte, em linhas gerais, dessa constatação. Ver Postone (2003: 84-104).

Bibliografia

ALTVATER, Elmar. “A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise”. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*. Vol. 8. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 79-133.

GRESPAN, Jorge. “A *crise* na crítica à economia política”. In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, no. 10, 2000, pp. 94-110.

LUKÁCS, Georg. “Rosa Luxemburgo como marxista”. In: LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 105-132.

MARRAMAO, Giacomo. *O político e as transformações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MAZZUCCHELLI, Frederico. *A contradição em processo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

POLLOCK, Friedrich. “La situazione atuale del capitalismo e le prospettive di un riordinamento pianificato dell’economia”. In: POLLOCK, Friedrich. *Teoria e prassi dell’economia di piano*. A cura di Giacomo Marramao. Bari: De Donato, 1973a, pp. 85-108.

_____. “Osservazioni sulla crisi economica”. In: Pollock, Friedrich. *Teoria e prassi dell’economia di piano.* A cura di Giacomo Marramao. Bari: De Donato, 1973b, pp. 135-172.

_____. “State capitalism: its possibilities and limitations”. In: ARATO, Andrew; GEBHARDT, Eike (eds.). *The essential Frankfurt School reader*. New York: Continuum, 1982, p. 71-94.

POSTONE, Moishe. *Time, labor, and social domination*. New York: Cambridge University Press, 2003.

SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WIGGERSHAUS, Rolf. *The Frankfurt School*. Cambridge: MIT Press, 1994.